

ESP-DIR DE ADMIN, SUP E INFRAESTRUTURA - DASI

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	933011-ESP-DIR DE ADMIN, SUP E INFRAESTRUTURA - DASI	SILVIO HIDEAKI YASSUNAGA	25/03/2026 14:34 (v 0.5)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	163/2026	017.00033789/2026-06

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação futura de pilhas AA e AAA, bateria portátil não recarregável, bateria botão CR 2032 3V, cartão de proximidade Smart Card e óleo lubrificante industrial, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Descrição	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Quant.	MÉDIA	
						Valor Unitário	Valor Total
1	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v, Composicao de Dioxido de Manganes, Zinco, Hidroxido de Potassio, Grafite e Oxido de Zinco; No Tamanho Pequena (aa); Conforme Resolucao Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90	2581167	403983	Embalagem 2 unidade	1.800	R\$ 6,30	R\$ 11.340,00
2	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Palito (aaa), Com Prazo de Validade Minimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04 /11/2008; Norma Abnt e 11175/90	4280610	403984	Embalagem 2 unidade	1.500	R\$ 6,25	R\$ 9.375,00
3	Bateria Portatil Nao Recarregavel; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 9v; Medindo (16x25x44)mm; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Conforme Normas Vigentes	1805975	435132	Unidade	100	R\$ 14,58	R\$ 1.458,00
4	Bateria Botao; Cr2032; 3v; Litio; Diametro: 20mm; Espessura: 3,2mm; Conforme lec 60086; e Resolucao Conama 401/2008	5428270	411291	Unidade	60	R\$ 11,33	R\$ 679,80
5	Dispositivo de Armazenamento; Cartao de Proximidade Smart Card, Pvc Laminado Branco, S/ Tarja Preta, Chip Mifare, Iso 14443a; Dimensoes de Carto Iso, Larg. 85,47 a 85,72mm, Comp.53,92 a 54,80 mm, Espessura 0,78 a 0,82mm;	2087014	472869	Unidade	5.000	R\$ 3,11	R\$ 15.550,00

	Frequencia de Operacao 13,56mhz, Numero de Serie Unico, de 32 Bits, Criptografia C/ Autenticacao Mutua						
6	Oleo Lubrificante Industrial; para Maquina de Costura; Composto de Oleo Mineral e Aditivos Antioxidantes; Frasco com 1 Litro	5728908	601656	Unidade	240	R\$ 43,90	R\$ 10.536,00

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.4. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a **25/03/2026**.

1.6. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPC-Fipe, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

1.6.1. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.6.1.1. Caso seja(m) realizado(s) reajuste(s) dos preços da ata, somente caberá reajuste dos preços de eventual contratação dela decorrente se for ultrapassado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado a partir dos efeitos do último reajuste dos preços da ata anterior à celebração da contratação.

1.6.2. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6.3. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.6.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.6.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo ao instrumento da contratação.

1.6.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

1.7. É obrigação do Contratante responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do artigo 131 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7.1. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

Subcontratação

1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 46377222000129-0-000011/2026;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025;

III) Id do item no PCA: 154 a 165;

IV) Classe/Grupo: 9150, 6135 e 6350;

V) Identificador da Futura Contratação: 933011-163/2026.

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. O licitante deverá atender aos critérios de sustentabilidade, nos termos da Lei federal nº 14.133/2021 e demais legislação normativa pertinente, observando os requisitos com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. Os materiais deverão ser entregues, em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das **9h às 17h**, no prazo de até **15 (quinze) dias**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dias de antecedência** para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Figura, como **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o **Departamento de Administração da Região I**, localizado na Avenida Rangel Pestana, nº 300 – 1º Andar, Centro, São Paulo/SP.

5.4. Figuram, como **ÓRGÃOS PARTICIPANTES**, as seguintes unidades da Secretaria da Fazenda e Planejamento:

- Departamento de Administração da Região I – **DAR I – São Paulo**;
- Departamento de Administração da Região II – **DAR II – Taubaté**;
- Departamento de Administração da Região III – **DAR III – Campinas**;
- Departamento de Administração da Região IV – **DAR IV – Bauru**;
- Departamento de Administração da Região V – **DAR V – Ribeirão Preto**.

5.5. A fim de auxiliar o Órgão Gerenciador no controle da utilização da Ata de Registro de Preços, ficarão designados como **SUBGERENCIADORES**, em seus respectivos lotes, conforme distribuição no item 5.7, as unidades:

- **Lote 2:** Departamento de Administração da Região II – **DAR II – Taubaté**;
- **Lote 3:** Departamento de Administração da Região III – **DAR III – Campinas**;
- **Lote 4:** Departamento de Administração da Região IV – **DAR IV – Bauru**;
- **Lote 5:** Departamento de Administração da Região V – **DAR V – Ribeirão Preto**.

5.6. As quantidades totais estimadas são demonstradas na **Tabela 1**.

TABELA 1:

Item	Descrição	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Quant.	MÉDIA	
						Valor Unitário	Valor Total
1	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; Composicao de Dioxido de Manganes, Zinco, Hidroxido de Potassio, Grafite e Oxido de Zinco; No Tamanho Pequena (aa); Conforme Resolucao Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90	2581167	403983	Embalagem 2 unidade	1.800	R\$ 6,30	R\$ 11.340,00
2	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Palito (aaa), Com Prazo de Validade Minimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04 /11/2008; Norma Abnt e 11175/90	4280610	403984	Embalagem 2 unidade	1.500	R\$ 6,25	R\$ 9.375,00
3	Bateria Portatil Nao Recarregavel; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 9v; Medindo (16x25x44)mm; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Conforme Normas Vigentes	1805975	435132	Unidade	100	R\$ 14,58	R\$ 1.458,00
4	Bateria Botao; Cr2032; 3v; Litio; Diametro: 20mm; Espessura: 3,2mm; Conforme Iec 60086; e Resolucao Conama 401/2008	5428270	411291	Unidade	60	R\$ 11,33	R\$ 679,80
5	Dispositivo de Armazenamento; Cartao de Proximidade Smart Card, Pvc Laminado Branco, S/ Tarja Preta, Chip Mifare, Iso 14443a; Dimensoes de Carto Iso, Larg. 85,47 a 85,72mm, Comp.53,92 a 54,80 mm, Espessura 0,78 a 0,82mm; Frequencia de Operacao 13,56mhz, Numero de Serie Unico, de 32 Bits, Criptografia C/ Autenticacao Mutua	2087014	472869	Unidade	5.000	R\$ 3,11	R\$ 15.550,00
6	Oleo Lubrificante Industrial; para Maquina de Costura; Composto de Oleo Mineral e Aditivos Antiooxidantes; Frasco com 1 Litro	5728908	601656	Unidade	240	R\$ 43,90	R\$ 10.536,00

5.7. As quantidades a serem contratadas para o **ITEM 1**, serão distribuídas por **LOTES: 1, 2, 3, 4 e 5**, conforme a **Tabela 2**.

TABELA 2:

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
1	2581167	403983	Embalagem 2 unidade	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v, Composicao de Dioxido de Manganes, Zinco, Hidroxido de Potassio, Grafite e Oxido de Zinco; No Tamanho Pequena (aa); Conforme Resolucao Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90	LOTE 1	1.400	1.800
					LOTE 2	120	
					LOTE 3	60	
					LOTE 4	70	
					LOTE 5	150	

5.8. As quantidades a serem contratadas para o **ITEM 2**, serão distribuídas por **LOTES: 1, 2, 3, 4 e 5**, conforme a **Tabela 3**.

TABELA 3:

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
2	4280610	403984	Embalagem 2 unidade	Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; No Tamanho Palito (aaa), Com Prazo de Validade Minimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90	LOTE 1	1.100	1.500
					LOTE 2	120	
					LOTE 3	60	
					LOTE 4	70	
					LOTE 5	150	

5.9. As quantidades a serem contratadas para os **ITENS 3, 4, 5 e 6** serão distribuídas somente no **LOTE 1**, conforme a **Tabela 4**.

TABELA 4:

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
3	1805975	435132	Unidade	Bateria Portatil Nao Recarregavel; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 9v; Medindo (16x25x44)mm; Conforme Resolucao Conama 401/2008; Conforme Normas Vigentes	LOTE 1	100	100

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
4	5428270	411291	Unidade	Bateria Botao; Cr2032; 3v; Litio; Diametro: 20mm; Espessura: 3,2mm; Conforme lec 60086; e Resolucao Conama 401/2008	LOTE 1	60	60

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
5	2087014	472869	Unidade	Dispositivo de Armazenamento; Cartao de Proximidade Smart Card, Pvc Laminado Branco, S/ Tarja Preta, Chip Mifare, Iso 14443a; Dimensoes de Carto Iso, Larg.85,47 a 85,72mm, Comp.53,92 a 54,80mm, Espessura 0,78 a 0,82mm; Frequencia de Operacao 13,56mhz, Numero de Serie Unico, de 32 Bits, Criptografia C/ Autenticacao Mutua	LOTE 1	5.000	5.000

Item	Siafisico	Catmat	Unidade Medida	Descrição	Lote	Quant.	Quant. Total
6	5728908	601656	Unidade	Oleo Lubrificante Industrial; para Maquina de Costura; Composto de Oleo Mineral e Aditivos Antioxidantes; Frasco com 1 Litro	LOTE 1	240	240

5.10. Da distribuição dos lotes, quantidades totais e mínimas por pedido, por item:

Item 1: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v, Composição de Dióxido de Manganês, Zinco, Hidróxido de Potássio, Grafite e Óxido de Zinco; **No Tamanho Pequena (AA);** Conforme Resolução Conama N.401/2008; Norma Abnt 11175/90.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	1.400	420
	LOTE 1 - TOTAL			
2	SAR Taubaté	DAR II	120	36
	LOTE 2 - TOTAL			
3	SAR Campinas	DAR III	60	18
	LOTE 3 - TOTAL			
4	SAR Bauru	DAR IV	70	21
	LOTE 4 - TOTAL			
5	SAR Ribeirão Preto	DAR V	150	45
	LOTE 5 - TOTAL			
TOTAL GERAL			1.800	

Item 2: Pilha; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 1,5v; **No Tamanho Palito (AAA),** Com Prazo de Validade Mínimo de 12 (doze) Meses; Conforme Resolução do Conama 401 04/11/2008; Norma Abnt e 11175/90.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	1.100	330
	LOTE 1 - TOTAL			
2	SAR Taubaté	DAR II	120	36
	LOTE 2 - TOTAL			
3	SAR Campinas	DAR III	60	18
	LOTE 3 - TOTAL			
4	SAR Bauru	DAR IV	70	21
	LOTE 4 - TOTAL			
5	SAR Ribeirão Preto	DAR V	150	45
	LOTE 5 - TOTAL			
TOTAL GERAL			1.500	

Item 3: Bateria Portátil Não Recarregável; Tipo Alcalina; Na Voltagem de 9v; Medindo (16x25x44)mm; Conforme Resolução Conama 401/2008; Conforme Normas Vigentes.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	100	30
	LOTE 1 - TOTAL			
TOTAL GERAL			100	

Item 4: Bateria Botão; Cr 2032; 3v; Lítio; Diâmetro: 20mm; Espessura: 3,2mm; Conforme Iec 60086; e Resolução Conama 401/2008.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	60	18
	LOTE 1 - TOTAL			
TOTAL GERAL			60	

Item 5: Dispositivo de Armazenamento; **Cartao de Proximidade Smart Card**, Pvc Laminado Branco, S/ Tarja Preta, Chip Mifare, Iso 14443a; Dimensoes de Carto Iso, Larg.85,47 a 85,72mm, Comp.53,92 a 54,80mm, Espessura 0,78 a 0,82mm; Frequencia de Operacao 13,56mhz, Numero de Serie Unico, de 32 Bits, Criptografia C/ Autenticacao Mutua.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	5.000	1.500
	LOTE 1 - TOTAL			
TOTAL GERAL			5.000	

Item 6: Óleo Lubrificante Industrial; para Maquina de Costura; Composto de Óleo Mineral e Aditivos Antioxidantes; Frasco com 1 Litro.

Lote	Unidade	Região	Quantidade Total	Quantidade Mínima (Por Ordem de Execução) (*)
1	Sede/São Paulo	DAR I	240	72
	LOTE 1 - TOTAL			
TOTAL GERAL			240	

() Os quantitativos constantes da linha - Quantidade Mínima (por Ordem de Execução) correspondem aproximadamente 30% da quantidade total, por pedido.*

5.11. Os bens deverão ser entregues aos **Departamentos de Administração das Regiões – DAR I, II, III, IV e V**, da Secretaria da Fazenda e Planejamento, nos seguintes endereços:

- **DAR I – São Paulo:** Avenida Rangel Pestana, 300, 1º Subsolo – Centro – São Paulo;
- **DAR II – Taubaté:** Travessa Rochi Antonio Bonafé, 50 – Jardim Sandra Maria – Taubaté;
- **DAR III – Campinas:** Avenida Dr. Alberto Sarmento, 4 – 5º andar – Bonfim – Campinas;
- **DAR IV – Bauru:** Rua Afonso Pena, 450 – 2º andar – Jd. Bela Vista – Bauru;
- **DAR V – Ribeirão Preto:** Avenida Presidente Kennedy, 1550 – 1º andar – Nova Ribeirania – Ribeirão Preto.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.12. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei federal nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal /Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será com entrega parcelada.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.6. **Sociedade empresária:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

8.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei federal nº 12.690/2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de sociedade simples.

8.21. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária.

Qualificação Técnica

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de fornecimento similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22.1. Para fins da comprovação de que trata a subdivisão acima, o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) dizer respeito a contrato(s) executado(s) com a(s) seguinte(s) característica(s) mínima(s):

8.22.1.1. Similaridade com o objeto da licitação: o(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) demonstrar que o licitante tem experiência no fornecimento do objeto em escala semelhante, com a quantidade mínima equivalente a **30%** do quantitativo total previsto.

8.22.1.2. O documento deve conter, no mínimo: a) dados completos do emitente e do recebedor, b) descrição detalhada dos produtos fornecidos, c) período de fornecimento e, c) quantitativos entregues.

8.22.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de fornecimento similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de fornecimentos executados de forma concomitante.

8.22.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.22.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Outras comprovações

8.23. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.23.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971.

8.23.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

8.23.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia.

8.23.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia.

8.23.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8.23.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

8.23.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 48.938,80

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado total da contratação é de **R\$ 48.938,80 (quarenta e oito mil, novecentos e trinta e oito reais, e oitenta centavos)** conforme custos unitários apostos em Anexo do Edital. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

9.2. Em cumprimento ao incisos I do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 2006, **os itens 1 a 6**, constituem cota reservada para a contratação de microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 (ME/EPP/EQUIPARADAS), observando o limite legal, conforme o detalhamento constante deste Termo de Referência.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001-Governo do Estado de São Paulo/200147-Departamento de Administração da Região - I

II) Fonte de Recursos: 150010001;

III) Programa de Trabalho: 04122203050230000;

IV) Elemento de Despesa: 339030;

V) Plano Interno: 000.000.0100;

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SILVIO HIDEAKI YASSUNAGA

Chefe de Divisão



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 13:20:13.

ANDREA ANTUNES DE QUEIROZ

Assessor de Apoio Fazendário II



Assinou eletronicamente em 25/03/2026 às 14:34:30.